

KUPFER, D. Desafios profundos. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 14/11/2007.

Desafios profundos

14/11/2007

A vigorosa expansão já atingida pela exploração e produção de petróleo e gás no Brasil, que permitiu ao país evoluir de uma taxa de auto-suprimento de menos de 10% para a auto-suficiência em apenas 20 anos, gerou um grau de desenvolvimento da indústria parapetroleira nacional certamente abaixo do que se podia esperar. Estudo denominado "Competitividade da Indústria Brasileira de Bens e Serviços para a Indústria de Petróleo e Gás", realizado sob a coordenação dos professores Frederico Rocha e Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da UFRJ, e apresentado no 5º Encontro Anual do Prominp, ocorrido em 9 de novembro último, mapeou a situação atual de dezoito dentre os mais importantes setores fornecedores da atividade petroleira, incluindo ramos das indústrias metalúrgica e de equipamentos mecânicos e elétricos e ainda, de serviços de engenharia, construção e montagem.

O estudo mostra, primeiro, um fato muito positivo: a menos do caso dos fabricantes de instrumentação, não existem mais obstáculos sérios à competitividade desses fornecedores decorrentes de insuficiência de escala do mercado doméstico. Esse resultado permite inferir que a fase nascente da indústria já foi superada. Porém, também emergem das entrevistas e demais bases de informações utilizadas no estudo algumas constatações pouco animadoras: apenas um terço das empresas fornecedoras apresentam desempenho inovador, provavelmente como reflexo de um montante de gastos em P&D muito reduzido, em torno de 0,65% da receita líquida de vendas. Ambos os resultados estão muito aquém dos valores exibidos por empresas semelhantes em outras partes do mundo, justificando as preocupações com um risco crescente de perda de competitividade da indústria de fornecedores do setor petróleo instalada no país.

Nas conclusões, são apontadas as diretrizes para que se consiga avançar na construção de excelência competitiva desses fornecedores. É sugerido que as empresas realizem um reposicionamento estratégico, especialmente em dois âmbitos decisivos: (I) a articulação das empresas em operação no Brasil - sejam elas nacionais ou multinacionais - com o sistema científico e tecnológico nacional e (II) o fortalecimento da inserção internacional das empresas brasileiras como meio de incrementar o fluxo de informações e acelerar o aprendizado tecnológico.

Em outras palavras, o estudo mostra que, por si só, a forte expansão da produção de petróleo no Brasil não foi capaz de arrastar os seus fornecedores de bens e serviços, como se depreende do baixo índice de conteúdo nacional que caracteriza o setor. O aumento do hiato tecnológico desses fornecedores em relação aos seus similares internacionais torna claro que uma política tecnológica eficaz é condição indispensável para que um melhor resultado possa ser alcançado em processos dessa natureza.

Essa trajetória seguida pela indústria para-petroleira fornece uma contra-evidência para a idéia que vem sendo muito alardeada atualmente de que a empresa brasileira se conscientizou da importância da inovação para a competitividade e a rentabilidade dos negócios. Retórica à parte, na indústria brasileira existem apenas algumas poucas empresas que são efetivamente inovadoras, dispostas a enfrentar programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico longos, custosos e arriscados. Outras tantas empresas costumam dizer que são inovadoras, mas se contentam em imitar soluções testadas e aprovadas externamente. Por fim, a maioria das empresas declara que deseja inovar, mas não o faz porque enfrenta condições difíceis de acesso a recursos financeiros ou tecnológicos.

O fato é que essa hipótese de que hoje prevalece uma visão empresarial mais pró-inovação talvez não se sustente no conjunto da indústria. A abertura comercial empurrou a grande empresa brasileira para a busca de novas tecnologias, mas a estrutura industrial brasileira está congelada: ainda hoje, é a que se consolidou no início da década de 1980 na forma de uma aliança entre grandes grupos nacionais e estrangeiros e um Estado em crise fiscal e financeira que necessitava de uma resposta rápida da balança comercial para minorar a escassez de dólares que afligia o balanço de pagamentos e que constituía o principal estrangulamento para a capacidade de expansão da economia. De lá para cá, os problemas e os desafios mudaram radicalmente, mas o comportamento tecnológico das empresas permaneceu semelhante ou não mudou na extensão necessária.

As pesquisas sobre o comportamento tecnológico das empresas brasileiras hoje disponíveis - dentre as quais a PINTEC/IBGE, agora em sua terceira edição, é a mais completa -, tornaram possível a compreensão de quanto, como e onde a empresa brasileira inova. Por meio desses estudos foi possível aprender que a inovação depende do setor de atividade, do tamanho da empresa, da origem do capital controlador e, fundamentalmente, da natureza dos arranjos institucionais específicos presentes, (ou ausentes) ligando-os entre si e também com as políticas públicas e a infra-estrutura científica e tecnológica disponível.

No caso específico em tela, uma política tecnológica ampla, apoiada no poder de compra da Petrobras, que coordenasse a demanda por bens e serviços, regularizasse o fluxo das encomendas, definisse especificações, liderasse a formação de alianças tecnológicas e franqueasse a infra-estrutura e os recursos financeiros para os projetos prioritários, certamente levaria a resultados muito mais robustos em matéria de desenvolvimento tecnológico do que os que foram conseguidos no período.

É nesse contexto que cabe refletir sobre o anúncio feito pelo governo, na última quinta-feira, dando conta da descoberta de um megacampo petrolífero na Bacia de Santos, que poderá ampliar, de uma só tacada, as reservas brasileiras de petróleo em mais de 50%. Trata-se de uma imensa jazida, com mais de 800 km de comprimento, localizada em profundidades em torno de 6.000 metros, trazendo importantes desafios para a sua exploração. Certamente, ainda é cedo para se dimensionar o tamanho dos esforços tecnológicos e industriais requeridos para a construção de capacidade efetiva de produção nesses novos campos super-profundos. Não é cedo, porém, para que se busque definir desde já uma política tecnológica capaz de potencializar os enormes benefícios que essa explosão da atividade petrolífera poderá trazer para o país, evitando-se assim repetir os erros - e as oportunidades perdidas - do passado recente.